

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL
CONTEMPORÂNEO



6ª edição
2024

saraiva *jur*



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Lais Soriano
Rosana Peroni Fazolari
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Tangente Design
Revisão Carolina Mihoko Massanhi

Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Santa Marta

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

P654m Pinho, Humberto Dalla Bernardina de
Manual de direito processual civil
contemporâneo / Humberto Dalla Bernardina de
Pinho. – 6. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.
1416 p.

ISBN: 978-85-5362-253-5 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito processual civil. I. Título.

2023-2605

CDD 341.46
CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 341.46
2. Direito processual civil 347.9

Data de fechamento da edição: 15-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 626046 CL 608655 CAE 844687



Sumário

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX
<i>Primeiras palavras</i>	XI

PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1
---	----------

☰ CAPÍTULO 1

Direito processual: conceito, natureza e o acesso à Justiça	3
1.1 Considerações introdutórias	3
1.2 As formas clássicas de composição de litígios	4
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela)	4
1.2.2 Autocomposição	5
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral	6
1.2.4 Jurisdição/processo estatal	6
1.3 As formas contemporâneas de resolução de conflitos	6
1.3.1 Negociação	6
1.3.2 Conciliação e mediação	8
1.3.3 Arbitragem	9
1.4 Correntes unitarista e dualista da ciência processual	11
1.5 Movimentos de acesso à Justiça	12
1.5.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito	12
1.5.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça	13
1.5.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça	14
1.5.4 O acesso à Justiça digital	18

III CAPÍTULO 2

Fontes do direito processual civil brasileiro	25
---	----

III CAPÍTULO 3

Evolução histórica	31
3.1 Considerações gerais	31
3.2 O Direito Processual no Brasil Colônia	31
3.3 O Processo durante o Império	33
3.4 O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939	34
3.5 O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000	35
3.6 O processo legislativo do Novo Código de Processo Civil	37

III CAPÍTULO 4

Princípios gerais do direito processual civil	39
4.1 Generalidades	39
4.2 Os princípios em espécie	41
4.2.1 Devido processo legal	41
4.2.2 Isonomia ou igualdade entre as partes	43
4.2.3 Contraditório e ampla defesa	44
4.2.4 Juiz natural	50
4.2.5 Inafastabilidade do controle jurisdicional	51
4.2.6 Publicidade dos atos processuais	52
4.2.7 Motivação das decisões judiciais	52
4.2.8 Impulso oficial do processo	54
4.2.9 Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos	55
4.2.10 Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz	56
4.2.11 Economia processual	56
4.2.12 Duração razoável do processo	57
4.2.13 Cooperação	60
4.2.14 Conciliação	62
4.2.15 Duplo grau de jurisdição	63
4.2.16 Princípio da observância da ordem cronológica de conclusão	63

III CAPÍTULO 5

A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço	65
5.1 Identificação da norma processual	65
5.2 Dimensão espacial e temporal da norma processual	66
5.3 Formas de interpretação da norma processual	68
5.4 Meios de integração	70
5.5 O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica	70

CAPÍTULO 6

Jurisdição: função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado	75
6.1 Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema	75
6.2 Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição	80
6.3 Elementos caracterizadores da jurisdição	86
6.4 Extensão e limites da jurisdição	89
6.5 Princípios da jurisdição	91
6.6 Classificações da jurisdição	94
6.7 A jurisdição voluntária	95
6.8 A desjudicialização	100
6.9 A jurisdição transnacional e a cooperação internacional	104
6.9.1 Noções sobre a jurisdição transnacional	104
6.9.2 A cooperação internacional e o CPC	109
6.10 A jurisdição, o pragmatismo e a análise econômica do direito	112

CAPÍTULO 7

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual	117
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário	117
7.2 Órgãos do Poder Judiciário	119
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis	124

CAPÍTULO 8

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa	129
8.1 Noção	129
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação	130
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica	131
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta)	132
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo	133
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato	134
8.2.5 Teoria Eclética	135
8.3 Características	136
8.4 Conceito	137
8.5 Condições da ação	137
8.5.1 Noção	137
8.5.2 Condições genéricas	137
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i>	137
8.5.2.2 Interesse processual em agir	142
8.5.2.3 A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação	144

8.5.3	Condições específicas	145
8.5.4	Aferição das condições da ação	145
8.6	Elementos da ação	146
8.6.1	Partes	147
8.6.1.1	Litisconsórcio	147
8.6.1.2	Intervenção de terceiros	148
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i>	148
8.6.3	Pedido	149

CAPÍTULO 9

	Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência	151
9.1	Conceito e natureza jurídica	151
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro	152
9.3	Critérios para determinação da competência	153
9.3.1	Competência internacional	154
9.3.2	Competência interna	157
9.4	Concretização da jurisdição	162
9.5	Incompetência absoluta e relativa	162
9.6	Causas de modificação da competência	164
9.6.1	Conexão	164
9.6.2	Continência	166
9.6.3	Inércia	167
9.6.4	Vontade das partes	167
9.7	Conflito de competência	168
9.8	Foros especiais	169
9.8.1	Foro do réu incapaz	169
9.8.2	Foro do guardião de incapaz	169
9.8.3	Foro do domicílio do alimentando	170
9.8.4	Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito	171
9.8.5	Foro do domicílio do consumidor	171
9.8.6	Outras hipóteses	172
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis	175
9.10	Cooperação nacional	178

CAPÍTULO 10

	Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros	183
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo	183
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo	184
10.2.1	Conceito	184
10.2.2	Litisconsórcio	185

10.2.3	Intervenção de terceiros	191
10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária	191
10.2.3.2	Denúnciação da lide	200
10.2.3.3	Chamamento ao processo	204
10.2.3.4	O incidente de desconsideração de personalidade jurídica	206
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i>	212
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda	216
III CAPÍTULO 11		
	O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público	219
11.1	Princípios gerais da advocacia	219
11.2	Direitos e deveres do advogado	223
11.3	Advocacia Pública	228
11.4	Defensoria Pública	229
III CAPÍTULO 12		
	O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura	235
12.1	Disposições constitucionais	235
12.2	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	238
12.3	Impedimentos e suspeições	247
12.4	Auxiliares da Justiça	250
III CAPÍTULO 13		
	O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico	255
13.1	Origens e feição pré-Constituição de 1988	255
13.2	A natureza política do Ministério Público	258
13.3	O Ministério Público na Constituição de 1988	259
13.4	A participação do Ministério Público no CPC	265
III CAPÍTULO 14		
	Processo: conceito, natureza jurídica e espécies	277
14.1	Noção	277
14.1.1	Processo, procedimento e autos	277
14.1.2	Funções atribuídas ao processo	278
14.2	Teorias sobre a natureza jurídica do processo	278
14.2.1	Teorias privatistas	278
14.2.1.1	Teoria do processo como um contrato	278
14.2.1.2	Processo como um quase contrato	280
14.2.2	Teoria da relação jurídica processual	281
14.2.3	Teoria do processo como situação jurídica	284
14.2.4	Teoria do processo como instituição	284
14.2.5	Teoria do processo como procedimento em contraditório	285

14.2.6	Teoria do processo como categoria complexa	286
14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma	287
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo	287
14.4	Classificação dos processos	288
14.4.1	Processo de conhecimento	288
14.4.2	Processo de execução	288
14.5	Classificação das sentenças	289

CAPÍTULO 15

Aspectos econômicos e éticos do processo		291
15.1	Aspectos econômicos	291
15.1.1	Noções gerais	291
15.1.2	Despesas processuais	292
15.1.3	Honorários advocatícios	293
15.1.3.1	Origem e natureza jurídica	293
15.1.3.2	Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro ...	297
15.1.3.3	Inovações do CPC em relação aos honorários de sucumbência ..	298
15.1.3.4	Regras gerais	309
15.1.3.5	Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça	312
15.2	Aspectos éticos do processo	313
15.2.1	Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual	313
15.2.2	A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo ..	316

CAPÍTULO 16

Processo eletrônico		321
16.1	O processo eletrônico	322
16.2	Histórico do processo eletrônico no Brasil	322
16.3	A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006)	324
16.4	A Resolução n. 185/2013 do CNJ	330
16.5	Disposições sobre processo eletrônico no CPC	332

CAPÍTULO 17

Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades		335
17.1	Considerações iniciais	335
17.1.1	O novo paradigma do processo civil constitucional	335
17.1.2	Visão geral dos atos processuais	336
17.2	Espécies de atos processuais	337
17.2.1	Atos processuais praticados pelas partes	337
17.2.1.1	Atos postulatórios	337
17.2.1.2	Atos instrutórios	338

17.2.1.3	Atos dispositivos	338
17.2.1.4	Atos reais ou materiais	338
17.2.2	Atos processuais praticados pelos juízes	339
17.2.2.1	Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes ...	339
17.2.2.2	Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo...	348
17.3	Tempo	350
17.4	Lugar	351
17.5	Forma	352
17.5.1	Disposições gerais	352
17.6	Prazos	353
17.7	Princípios	357
17.7.1	Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral	357
17.7.1.1	Princípio da liberdade das formas	358
17.7.1.2	Princípio da documentação	358
17.7.1.3	Princípio da publicidade	358
17.7.1.4	Princípio da celeridade	358
17.7.1.5	Princípio da efetividade	358
17.7.2	Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais	359
17.7.2.1	Da causalidade	359
17.7.2.2	Da instrumentalidade das formas	359
17.7.2.3	Do prejuízo	359
17.7.2.4	Do legítimo interesse	359
17.7.2.5	Da economia processual	360
17.7.2.6	Da preclusão	360
17.7.2.7	Disposições suplementares	360
17.8	Defeitos	361
17.8.1	Considerações iniciais	361
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos	362
17.8.2.1	Ato inexistente	362
17.8.2.2	Ato nulo	362
17.8.2.3	Anulabilidade	364
17.8.2.4	Irregularidade	364
17.8.2.5	Ineficácia	365
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC	366
17.9	Convenções processuais	366
17.9.1	Aproximação ao tema	366
17.9.2	As convenções no CPC	370
17.10	Calendarização	378
17.11	Atos de distribuição e registro	379
17.12	Atos relativos ao valor da causa	380

CAPÍTULO 18

Relação jurídica processual e pressupostos processuais	383
18.1 Características da relação jurídica processual	383
18.2 Objeto da relação jurídica processual	384
18.3 Pressupostos processuais	385

CAPÍTULO 19

Objeto da cognição: questões prévias e mérito.	397
19.1 Questões	397
19.1.1 Questões prévias	398
19.1.1.1 Questão prévia preliminar	398
19.1.1.2 Questão prévia prejudicial	398
19.1.2 Questão principal.	400

CAPÍTULO 20

Tutela provisória	405
20.1 Observações introdutórias	405
20.2 Regras gerais introduzidas pelo CPC.	405
20.3 Modalidades	407
20.3.1 Tutela de urgência	407
20.3.1.1 Disposições gerais.	409
20.3.1.2 Limitações à concessão de tutela provisória	416
20.3.1.3 Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.	420
20.3.1.4 Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente.	423
20.3.1.5 Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.	432
20.3.2 Tutela da evidência	435

CAPÍTULO 21

Formação, suspensão e extinção do processo	439
21.1 Formação do processo	439
21.1.1 Noções gerais.	439
21.2 Suspensão do processo	440
21.2.1 Noções gerais.	440
21.2.2 Hipóteses de suspensão.	441
21.2.2.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.	441
21.2.2.2 Convenção das partes.	442
21.2.2.3 Arguição de impedimento ou de suspeição	443
21.2.2.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.	444
21.2.2.5 Questão prejudicial.	444
21.2.2.6 Por motivo de força maior	446

21.2.2.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo. . .	447
21.2.2.8	Nos demais casos que este Código regula.	447
21.2.2.9	Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016.	447
21.3	Extinção do processo	448
21.3.1	Noções gerais.	448
21.3.2	Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito	448
21.3.2.1	Indeferimento da petição inicial	449
21.3.2.2	Negligência das partes por mais de um ano	449
21.3.2.3	Omissão do autor por mais de trinta dias	450
21.3.2.4	Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimen- to regular do processo	450
21.3.2.5	Perempção, litispendência e coisa julgada.	450
21.3.2.6	Falta das condições da ação	451
21.3.2.7	Convenção arbitral	451
21.3.2.8	Desistência da ação.	451
21.3.2.9	Intransmissibilidade da ação	452
21.3.2.10	Outros casos	452
21.3.3	Hipóteses de resolução do mérito	452
21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	453
21.3.3.2	Prescrição e decadência	453
21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	453
21.3.3.4	Transação	454
21.3.3.5	Renúncia ao direito.	454

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 455

III SEÇÃO I – PROCESSO DE CONHECIMENTO

III CAPÍTULO 1

Procedimentos	457
1.1 Procedimento comum e especial.	457
1.2 O procedimento sumário e a regra de transição do art. 1.046, § 1º, do CPC . . .	459

III CAPÍTULO 2

Petição inicial	461
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia.	461
2.2 Petição inicial.	461
2.3 Requisitos da petição inicial	462
2.4 Emenda à inicial	468

2.5	Causa de pedir	469
2.6	Pedido	471
2.7	Indeferimento da inicial	477
2.8	Improcedência liminar do pedido	481

III CAPÍTULO 3

	Audiência de conciliação ou de mediação	483
3.1	Considerações gerais	483
3.2	Exame do art. 334 do CPC	487
3.3	Possibilidade de realização de audiências não presenciais	493
3.4	Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	494

III CAPÍTULO 4

	Respostas do réu e revela	499
4.1	Introdução	499
4.2	Citação: inovações introduzidas pela Lei n. 14.195/2021	499
4.2.1	Conceito	499
4.2.2	Litisconsórcio	504
4.2.3	Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	504
4.2.4	Destinatários	504
4.2.5	Local	505
4.2.6	Impedimentos	505
4.2.7	Tempo da citação	506
4.2.8	Efeitos da citação	506
4.2.9	Modalidades	508
4.2.10	Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu?	513
4.2.11	Sentença de mérito em processo sem a citação do réu	514
4.3	Espécies de defesa	515
4.3.1	Objecção	517
4.4	Matérias de defesa – impedimento e suspeição	517
4.5	Contestação	520
4.5.1	Requisitos e forma	520
4.5.2	Prazo	520
4.5.3	Princípio da concentração ou eventualidade	522
4.5.4	Ônus da impugnação especificada	526
4.6	Reconvenção	527
4.6.1	Cabimento	530
4.6.2	Ações dúplices	530
4.6.3	Forma	531

4.6.4	Prazo	531
4.6.5	Conexão	532
4.6.6	Ampliação subjetiva da demanda	532
4.7	Revelia	533

III CAPÍTULO 5

	Providências preliminares e saneamento	537
5.1	Não incidência dos efeitos da revelia	537
5.2	Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	538
5.3	Alegações do réu	538

III CAPÍTULO 6

	Julgamento conforme o estado do processo	541
6.1	Extinção do processo	541
6.2	Julgamento antecipado do mérito	542
6.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	543
6.4	Saneamento e organização do processo	544

III CAPÍTULO 7

	Audiência de instrução e julgamento	549
--	---	-----

III CAPÍTULO 8

	Provas	553
8.1	Noções gerais	553
8.2	Objeto e incidência	555
8.3	Natureza das normas sobre provas	556
8.4	Destinatários da prova	556
8.5	Classificação	557
8.6	Meios de prova	558
8.7	Ônus da prova	559
8.8	Provas ilícitas	565
8.9	Prova emprestada	567
8.10	Prova indiciária	572
8.11	Fases do procedimento probatório	572
8.12	Poderes probatórios do juiz	574

III CAPÍTULO 9

	Provas em espécie	577
9.1	Produção antecipada de provas	577
9.2	Ata notarial	580
9.3	Depoimento pessoal	581
9.4	Confissão	583

9.5	Exibição de documento ou coisa	586
9.6	Prova documental	589
9.7	Documentos eletrônicos	591
9.8	Prova testemunhal	592
9.9	Prova pericial	595
9.10	Inspeção judicial	600

III CAPÍTULO 10

	Sentença e coisa julgada	603
10.1	Introdução	603
10.1.1	Conceito de sentença	603
10.1.2	Classificação das sentenças	605
10.2	Disposições gerais	608
10.2.1	Sentenças que não resolvem o mérito	608
10.2.2	Sentenças que resolvem o mérito	620
10.3	Elementos e efeitos da sentença	622
10.3.1	Elementos essenciais da sentença	622
10.3.2	Efeitos da sentença	626
10.3.3	Princípio da demanda e princípio da congruência	627
10.3.4	Interpretação da sentença	629
10.3.5	O art. 493 do CPC	629
10.3.6	Correção	630
10.4	Remessa necessária	631
10.5	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	634
10.5.1	Disposições gerais	634
10.5.2	O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas	636
10.5.3	O art. 498: obrigação de entregar coisa	640
10.5.4	O art. 501: declaração de vontade	641
10.6	Coisa julgada	6w42
10.6.1	Histórico	642
10.6.2	Generalidades	644
10.6.3	Preclusão, estabilização e coisa julgada (formal e material)	644
10.6.4	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	647
10.6.5	Limite temporal da coisa julgada	651
10.6.5.1	Origens do instituto	651
10.6.5.2	Exame das principais decisões do STF sobre a coisa julgada e sua relativização em matéria de impugnação ao cumprimento de sentença	653
10.6.5.3	A decisão de 2023 em matéria de relações tributárias continuadas	657
10.6.6	Regime especial da coisa julgada na ação civil pública	659

CAPÍTULO 11

Liquidação de sentença	665
11.1 Aspectos gerais	665
11.2 Conceito de sentença e sua liquidação	668
11.3 Legitimidade para a liquidação de sentença	669
11.4 Modalidades de liquidação de sentença	670
11.4.1 Liquidação por arbitramento	670
11.4.2 Liquidação pelo procedimento comum	671
11.5 Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo	671

CAPÍTULO 12

Cumprimento de sentença	673
12.1 Disposições gerais	673
12.2 Características	675
12.3 Princípios	676
12.4 Pressupostos	677
12.5 Atributos da obrigação a ser executada	678
12.6 Títulos executivos judiciais	679
12.6.1 Introdução e conceito dos títulos executivos	679
12.6.2 Classificação dos títulos executivos	679
12.6.3 Títulos executivos judiciais	679
12.6.4 O protesto da decisão judicial e demais disposições	684
12.7 Jurisdição e competência no cumprimento de sentença	687
12.7.1 Limites e controle da jurisdição	687
12.7.2 Competência	687
12.7.3 A competência dos tribunais nas causas de competência originária	687
12.7.4 Competência funcional	688
12.7.5 Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão interlocutória estrangeira	689
12.8 Execução provisória e definitiva	690
12.9 Das espécies de cumprimento de sentença	692
12.9.1 Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	692
12.9.2 Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	693
12.9.2.1 Penhora e avaliação	698
12.9.2.2 Impugnação ao cumprimento de sentença	699
12.9.2.3 Excesso de execução (art. 525, § 1º, V)	703
12.9.3 Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	704
12.9.4 Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	708

12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	713
12.9.5.1	Meios executivos	716
12.9.5.2	Astreintes	717
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	721
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública	722

III SEÇÃO II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

III CAPÍTULO 1

	Procedimentos de jurisdição contenciosa	727
1.1	Disposições gerais	727
1.2	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária	731

III CAPÍTULO 2

	Ação de consignação em pagamento	735
2.1	Noções gerais	735
2.2	Natureza do instituto da consignação	735
2.3	Natureza processual da ação de consignação	736
2.4	Prestações passíveis de consignação	737
2.5	Cabimento da consignação	737
2.6	Pressupostos para o pagamento em consignação	738
2.7	Liquidez da prestação devida	739
2.8	Consignação principal e incidental	739
2.9	Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme	740
2.10	Competência	740
2.11	Legitimação <i>ad causam</i>	741
	2.11.1 Legitimidade ativa	742
	2.11.2 Legitimidade passiva	742
2.12	Prestações sucessivas	743
2.13	Causa de pedir	745
2.14	Pedido	745
2.15	Efeitos da consignação	746
2.16	Procedimento da consignação em pagamento	746
	2.16.1 Procedimento extrajudicial	746
	2.16.2 Procedimento judicial em caso de mora do credor	750
	2.16.2.1 Petição inicial	750
	2.16.2.2 Valor da causa	750
	2.16.2.3 Depósito	751
	2.16.2.4 Obrigação alternativa	752

2.16.2.5	Citação.....	752
2.16.2.6	Resposta do demandado.....	752
2.16.2.7	Complementação do depósito.....	754
2.16.2.8	Sentença.....	756
2.16.3	Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz.....	756
2.17	Resgate da enfiteuse.....	759
2.18	Consignação de aluguéis e acessórios na locação.....	760

CAPÍTULO 3

Ação de exigir contas.....	761
3.1 Noções gerais.....	761
3.2 Natureza jurídica.....	763
3.3 Cabimento.....	763
3.4 Legitimação e interesse.....	763
3.5 Organização e prova das contas.....	765
3.6 A prestação de contas ativa.....	766
3.6.1 Sucumbência.....	768

CAPÍTULO 4

Ações possessórias.....	769
4.1 Noções gerais.....	769
4.2 Procedimento especial.....	769
4.3 O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial... ..	776
4.4 A liminar e sua natureza jurídica.....	777
4.5 A ação de natureza dúplice.....	778
4.6 Fungibilidade dos procedimentos.....	779
4.7 Espécies de proteção possessória.....	780
4.8 A natureza das ações possessórias: real ou pessoal?.....	781
4.9 Incidentes nas ações possessórias.....	782
4.9.1 Embargos de terceiro.....	782
4.9.2 Embargos de retenção.....	783
4.9.3 Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	783
4.10 Procedimento de manutenção, da reintegração da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos.....	783
4.10.1 Ação de manutenção de posse.....	783
4.10.2 Ação de reintegração de posse.....	786
4.10.3 Interdito proibitório.....	787
4.11 A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório.....	789
4.12 A fase de execução do julgado.....	789

III CAPÍTULO 5

Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares	791
5.1 Noções gerais	791
5.2 Legitimidade	792
5.3 Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória	794
5.4 Foro competente	794
5.5 Procedimento	794
5.5.1 Disposições gerais	794
5.5.2 Ação de demarcação	795
5.5.3 Ação de divisão	797

III CAPÍTULO 6

Ação de dissolução parcial de sociedade.	799
6.1 Considerações	799
6.2 A dissolução das sociedades	799
6.3 Cabimento da dissolução parcial de sociedades	800
6.4 Legitimidade para agir	801
6.5 Procedimento de dissolução.	801

III CAPÍTULO 7

Ação de inventário e partilha	803
7.1 Noções gerais	803
7.2 Inventário negativo	805
7.3 Competência	805
7.4 Universalidade de foro da sucessão	806
7.5 Questões de “alta indagação”	806
7.6 Administrador provisório e inventariante	807
7.7 Legitimidade	810
7.8 Cumulação de ações no inventário	810
7.9 Procedimento do inventário.	811
7.9.1 Petição inicial	811
7.9.2 Primeiras declarações	812
7.9.3 Citações e interveniências	812
7.9.4 Avaliação judicial	813
7.9.5 Últimas declarações	814
7.9.6 Cálculo do imposto	814
7.9.7 Colações	815
7.9.8 Sonegação	815
7.9.9 Pagamento das dívidas	816
7.10 A partilha	817
7.10.1 Conceito e espécies	817

7.10.2	Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios	818
7.10.3	Esboço e lançamento da partilha	819
7.10.4	Sentença da partilha	820
7.10.5	Pacto de não partilhar	822
7.10.6	A emenda ou retificação da partilha	822
7.10.7	A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento	823
7.10.8	Invalidação da partilha	824
7.10.9	Partilha amigável e partilha judicial	824
7.10.10	Ação rescisória de partilha	826
7.11	O arrolamento	827
7.11.1	Procedimento do arrolamento sumário	828
7.11.2	Procedimento do arrolamento comum	829
7.12	Das disposições comuns	830
7.12.1	Medidas cautelares (art. 668)	830
7.12.2	Sobrepartilha (art. 669)	831
7.12.3	Curatela especial ao herdeiro (art. 671)	831
7.12.4	Inventários acumulados (arts. 672 e 673)	832
7.12.5	Honorários de advogado	832
7.12.6	Extinção do processo por paralisação da causa	832
7.12.7	Assistência judiciária	833
7.12.8	Terceiros prejudicados (art. 674)	833

III CAPÍTULO 8

Embargos de terceiro	835
8.1 Noções gerais	835
8.2 Natureza jurídica	835
8.3 Cabimento e conteúdo	836
8.4 Legitimidade	837
8.5 Prazo	841
8.6 Competência	842
8.7 Procedimento	842

III CAPÍTULO 9

Oposição	847
9.1 Noções gerais	847
9.2 Natureza jurídica	847
9.3 Cabimento	848
9.4 Legitimidade	848
9.5 Competência	849
9.6 Procedimento	849

III CAPÍTULO 10

Habilitação	851
10.1 Noções gerais	851
10.2 Natureza jurídica	852
10.3 Cabimento	852
10.4 Legitimidade	852
10.5 Competência	853
10.6 Procedimento	853

III CAPÍTULO 11

Ações de família	855
11.1 Noções gerais	855
11.2 Cabimento e legitimidade	855
11.3 Competência	856
11.4 Procedimento	856

III CAPÍTULO 12

Ação monitória	859
12.1 Noções gerais	859
12.2 Características	860
12.3 Natureza jurídica	860
12.4 Objeto e alcance da ação monitória	861
12.5 Requisito específico da ação monitória	861
12.5.1 Prova escrita	861
12.6 Legitimidade para a ação monitória	864
12.7 Juízo sumário	864
12.8 Competência no processo monitório	864
12.9 Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega	865
12.10 Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia	866
12.11 Formação do título executivo	868
12.12 Ônus da prova no processo monitório	869
12.13 Procedimento	870
12.14 Embargos monitórios	872
12.15 Reconvenção	875
12.16 Assistência e litisconsórcio	875
12.17 Revelia no processo monitório	876
12.18 Natureza dos embargos	877
12.19 Tutela provisória	877
12.20 Cabimento de audiência de conciliação	877
12.21 Litispendência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito	877
12.22 Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção	879
12.23 Ação monitória contra a Administração Pública	879

III CAPÍTULO 13	
Homologação de penhor legal	881
13.1 Conceituação de penhor	881
13.2 Penhor legal no CPC	881
III CAPÍTULO 14	
Regulação de avaria grossa	885
14.1 Noções gerais	885
14.2 Cabimento, legitimidade e conteúdo	886
14.3 Competência	886
14.4 Procedimento	887
III CAPÍTULO 15	
Restauração de autos	889
15.1 Noções gerais	889
15.2 Natureza jurídica e cabimento	889
15.3 Legitimidade	890
15.4 Competência	890
15.5 Procedimento	890
15.6 Sentença	892
15.7 Restauração dos autos no Tribunal	892
15.8 Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	893
III CAPÍTULO 16	
Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária	895
16.1 Características da jurisdição voluntária	895
16.2 Procedimento	897
16.3 A jurisdição voluntária no CPC	899
III CAPÍTULO 17	
Das notificações e das interpelações	901
17.1 Noções gerais	901
17.2 Procedimento	901
III CAPÍTULO 18	
Alienação judicial	903
18.1 Noções gerais	903
18.2 Procedimento	904
III CAPÍTULO 19	
Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio	905

19.1	Noções gerais	905
19.2	Legitimidade e competência	906
19.3	Procedimento	907
19.4	Sentença	908
19.5	Revisão e rescisão do acordo de separação	909

III CAPÍTULO 20

	Testamentos e codicilos	911
20.1	Noções gerais	911
20.2	Competência	912
20.3	Procedimento	912
20.4	Sentença	913

III CAPÍTULO 21

	Herança jacente	915
21.1	Noções gerais	915
21.2	Competência	916
21.3	Legitimidade	916
21.4	Procedimento	916
21.5	Administração da herança	918
21.6	Declaração de vacância	918

III CAPÍTULO 22

	Bens do ausente	919
22.1	Noções gerais	919
22.2	Competência	920
22.3	Procedimento	920

III CAPÍTULO 23

	Coisas vagas	923
23.1	Noções gerais	923
23.2	Legitimidade e competência	923
23.3	Procedimento	924

III CAPÍTULO 24

	Interdição	927
24.1	Noções gerais	927
24.2	Legitimidade	928
24.3	Competência	928
24.4	Procedimento	928
24.5	Sentença	930
24.6	Levantamento da interdição	930

24.7	O curador	931
24.8	Disposições comuns à tutela e à curatela	931
24.9	A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015)	933

III **CAPÍTULO 25**

	Organização e fiscalização das fundações	937
25.1	Noções gerais	937
25.2	Procedimento	937
25.3	Extinção das fundações	938

III **CAPÍTULO 26**

	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	939
26.1	Noções gerais	939
26.2	Competência	939
26.3	Legitimidade	939
26.4	Procedimento	939

III **SEÇÃO III – PROCESSO DE EXECUÇÃO**

III **CAPÍTULO 1**

	Teoria geral da execução	941
1.1	Breve histórico do novo Processo Civil	941
1.2	Disposições gerais	942
1.3	Características da execução	944
1.4	Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução	944
1.5	Princípios da execução	945
1.5.1	Princípio da cartularidade	946
1.5.2	Princípio da efetividade da execução	946
1.5.3	Princípio do menor sacrifício possível para o executado	947
1.5.4	Princípio do contraditório	947
1.5.5	Princípio do desfecho único	948
1.6	Das partes no processo de execução	948
1.6.1	Noções gerais	948
1.6.2	Legitimação	949
1.6.2.1	Legitimados ativos	949
1.6.2.2	Legitimados passivos	951
1.6.3	Incidentes	953
1.6.4	Litisconsórcio	954
1.6.5	Intervenção de terceiros	955

1.6.6	Cumulação de execuções	956
1.7	Jurisdição e competência na relação processual executiva	957
1.7.1	Limites e controle da jurisdição no processo executivo	957
1.7.2	Competência	957
1.7.3	Competência na execução de título extrajudicial	958
1.7.3.1	Foro competente para a ação do cheque	958
1.7.3.2	Foro competente para a duplicata	959
1.7.3.3	Foro competente para a nota promissória	959
1.7.3.4	Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis	959
1.7.4	Competência na execução fiscal	959
1.7.5	Competência nos processos incidentais	960
1.7.6	Competência na insolvência civil	961
1.8	Requisitos da execução	961
1.8.1	Noções gerais	961
1.8.2	Inadimplemento do devedor	962
1.8.2.1	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	963
1.8.2.2	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	963
1.8.3	Título executivo	963
1.8.3.1	Conceito	964
1.8.3.2	Natureza jurídica	964
1.8.3.3	Classificação	965
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais	965
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	965
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida	966
1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	966
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte	966
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio	966
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	966
1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública	967
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	967
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas	967
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais	968

1.8.5	Da exigibilidade da obrigação.....	970
1.8.5.1	Certeza	970
1.8.5.2	Liquidez.....	970
1.8.5.3	Exigibilidade	971
1.9	Da responsabilidade patrimonial	971
1.9.1	Noções gerais.....	971
1.9.2	Bens do devedor.....	972
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores	978
1.9.4	Alienação de bem penhorado	981
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade	983

III CAPÍTULO 2

	Das diversas espécies de execução	985
2.1	Disposições gerais.....	985
2.2	Procedimentos executivos existentes.....	989
2.3	Execução provisória e definitiva.....	989
2.4	Meios de execução	990
2.4.1	Sub-rogação (execução direta)	991
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta)	991

III CAPÍTULO 3

	Execução para a entrega de coisa	993
3.1	Execução para entrega de coisa certa	993
3.2	Execução para entrega de coisa incerta.....	995

III CAPÍTULO 4

	Execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	997
4.1	Disposições comuns	997
4.1.1	Meios executivos	998
4.1.2	<i>Astreintes</i>	998
4.2	Execução das obrigações de fazer	1000
4.2.1	Processo de execução	1001
4.2.2	Da conversão em perdas e danos	1002
4.2.3	Prática do fato por terceiro.....	1003
4.2.4	Execução da obrigação pelo credor	1004
4.2.5	Cumprimento da obrigação	1004
4.3	Execução das obrigações de não fazer.....	1005

III CAPÍTULO 5

	Execução por quantia certa	1009
5.1	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	1009
5.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	1012

5.2.1	Disposições gerais	1012
5.2.2	Citação do devedor e arresto	1013
5.2.3	Penhora, depósito e avaliação	1017
5.2.3.1	Objeto da penhora	1017
5.2.3.2	Documentação da penhora, seu registro e depósito	1026
5.2.3.3	Lugar da realização da penhora	1028
5.2.3.4	Modificações da penhora	1029
5.2.3.5	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1031
5.2.3.6	Penhora de créditos	1033
5.2.3.7	Penhora de quotas ou de ações de sociedades personificadas	1034
5.2.3.8	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1035
5.2.3.9	Penhora de percentual de faturamento da empresa	1036
5.2.3.10	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1037
5.2.3.11	Avaliação	1038
5.2.4	Expropriação de bens	1043
5.2.5	Satisfação do crédito	1055

III **CAPÍTULO 6**

Execução contra a Fazenda Pública	1057
---	------

III **CAPÍTULO 7**

Execução de alimentos	1063
-----------------------------	------

III **CAPÍTULO 8**

Execução fiscal	1067
8.1 Introdução	1067
8.2 Procedimento	1068

III **CAPÍTULO 9**

Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação autônoma	1073
9.1 Noções gerais	1073
9.2 Procedimento	1074
9.3 Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação	1078
9.4 Exceção de pré-executividade	1079
9.4.1 Procedimento	1080

III **CAPÍTULO 10**

Suspensão e extinção do processo de execução	1083
10.1 Suspensão do processo de execução	1083
10.2 Extinção do processo de execução	1086

SEÇÃO IV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

CAPÍTULO 1

Da ordem dos processos no Tribunal	1089
1.1 Noções preliminares	1089
1.1.1 A geografia da matéria no CPC	1089
1.1.2 Escorço histórico	1089
1.2 Mecanismos de uniformização	1091
1.2.1 Precedentes	1091
1.2.2 Modulação temporal	1101
1.3 Procedimento recursal	1106
1.4 O relator e seus poderes	1116
1.5 Correição parcial	1119
1.6 As súmulas no direito brasileiro	1121

CAPÍTULO 2

Processos, incidentes e ações	1125
2.1 Noções preliminares	1125
2.2 Assunção de competência	1126
2.2.1 Procedimento	1128
2.3 Arguição de inconstitucionalidade	1130
2.3.1 Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade	1131
2.3.2 Órgão perante o qual se argui	1132
2.3.3 Procedimento	1132
2.4 Conflito de competência	1135
2.5 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	1136
2.5.1 Competência para a homologação	1138
2.5.2 Decisões sujeitas à homologação	1138
2.5.3 Decisões arbitrais	1139
2.5.4 Requisitos	1140
2.5.5 A homologação da decisão	1141
2.5.6 Procedimento	1142
2.5.7 Homologação de decisão e lide nacional	1145
2.5.8 Execução da sentença homologada	1146
2.6 Ação rescisória	1146
2.6.1 Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória	1149
2.6.2 Impugnação de descumprimento de súmula vinculante	1150
2.6.3 Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros	1151
2.6.4 Depósito de 5% do valor da causa	1152
2.6.5 Competência	1152

2.6.6	Prazo para propor a ação	1153
2.6.7	Pressupostos da rescisão	1155
2.6.8	Tutela provisória na ação rescisória	1162
2.6.9	Procedimento	1162
2.6.10	Execução da sentença rescindenda	1166
2.7	Ação anulatória	1166
2.8	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1169
2.8.1	Natureza do incidente	1169
2.8.2	Influência do direito estrangeiro	1169
2.8.3	Cabimento	1171
2.8.4	Regras gerais	1172
2.8.5	Procedimento	1176
2.9	Reclamação	1182
2.9.1	Procedimento	1186

III CAPÍTULO 3

	Teoria geral dos recursos	1189
3.1	Noções preliminares	1189
3.2	Natureza jurídica dos recursos	1191
3.3	Duplo grau de jurisdição	1191
3.4	Atos sujeitos a recurso	1192
3.5	Prazo para interposição do recurso	1193
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1196
3.7	Princípios relativos aos recursos	1198
3.8	Classificação dos recursos	1201
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1204
3.10	Efeitos dos recursos	1209
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1213
3.12	Desistência do recurso	1214
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1216
3.14	Aquiescência	1217

III CAPÍTULO 4

	Recursos em espécie	1219
4.1	Apelação	1219
4.1.1	Cabimento do recurso	1219
4.1.2	Prazo para interposição	1221
4.1.3	Efeitos da apelação	1222
4.1.4	Recebimento da apelação	1226
4.2	Agravo	1227
4.2.1	Prazo para interposição	1228

4.2.2	Efeitos do agravo	1228
4.2.3	Agravo de instrumento	1229
4.2.4	Agravo interno	1237
4.3	Embargos de declaração	1239
4.3.1	Prazo para interposição	1242
4.3.2	Efeitos dos embargos de declaração	1242
4.3.3	Procedimento	1245

III **CAPÍTULO 5**

	Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça ..	1247
5.1	Recurso ordinário constitucional	1247
5.1.1	Natureza e definição	1247
5.1.2	Competência	1248
5.1.3	Requisitos de admissibilidade e procedimento	1249
5.2	Recurso especial e recurso extraordinário	1250
5.2.1	Histórico	1250
5.2.2	Recurso especial	1253
5.2.2.1	A arguição de relevância das questões de direito federal infra-constitucional	1257
5.2.3	Recurso extraordinário	1260
5.2.3.1	A repercussão geral das questões constitucionais	1267
5.2.4	Efeitos do recurso especial e extraordinário	1274
5.2.5	Interposição dos recursos especial e extraordinário	1276
5.2.6	Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário	1278
5.3	O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos	1278
5.3.1	Visão geral do procedimento	1278
5.3.2	O papel do relator	1282
5.3.3	O art. 256 do Regimento Interno do STJ	1286
5.3.4	A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos	1290
5.4	Agravo em recurso especial e extraordinário	1294
5.5	Embargos de divergência	1297

III **SEÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

III **CAPÍTULO 1**

	Das disposições finais e transitórias do CPC	1301
1.1	Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC	1301
1.2	Disposições relativas à usucapião administrativa	1310
	<i>Referências</i>	1315